

LITERATURA, CRÔNICA E CULTURA POLÍTICA: NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS A PARTIR DE RAUL POMPEIA

LITERATURE, CHRONICLE, AND POLITICAL CULTURE: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL NOTES BASED ON RAUL POMPEIA

NATALIA GOMES ALMEIDA¹

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão teórico-metodológica sobre as possibilidades de utilização da crônica literária como fonte para a pesquisa histórica, tomando a trajetória do intelectual Raul Pompeia como exemplo. Parte-se da compreensão de que esse gênero, ao articular percepções individuais e debates públicos, constitui um espaço privilegiado para discutir as subjetividades, os conflitos e as disputas simbólicas que atravessaram a Primeira República. Ao situar a crônica no cruzamento entre os estatutos literário e histórico, argumenta-se que sua forma breve, interpretativa e fortemente marcada pela experiência do autor não apenas reflete as tensões de seu tempo, mas também concorre para produzi-las. O artigo não se propõe à análise empírica de crônicas específicas, mas à discussão de suas potencialidades como documentação histórica para a investigação da ação subjetiva dos letrados e de suas inserções nas dinâmicas políticas e culturais do Brasil do final do século XIX.

Palavras-chave: Raul Pompeia; História Política; Literatura;

Abstract: This article offers a theoretical and methodological reflection on the possibilities of using the literary chronicle as a source for historical research, taking the intellectual trajectory of Raul Pompeia as a reference. It is grounded in the understanding that this genre, by articulating individual perceptions and public debates, constitutes a privileged space for discussing the subjectivities, conflicts, and symbolic disputes that permeated the First Republic. By situating the chronicle at the intersection of literary and historical registers, the article argues that its brief and interpretive form, strongly shaped by the author's experience, not only reflects the tensions of its time but also contributes to their production. Rather than providing an empirical analysis of specific chronicles, the article focuses on discussing their

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ (Email: ngalmeidada@gmail.com).

potential as historical documentation for investigating the subjective action of men of letters and their insertion within the political and cultural dynamics of late nineteenth-century Brazil.

Palavras-chave: Raul Pompeia; Political History; Literature;

Introdução

O debate sobre a relação entre indivíduo e sociedade percorre grande parte da tradição sociológica e historiográfica, sendo frequentemente revisitado conforme as problemáticas trabalhadas no interior dessas próprias disciplinas. Nas formulações contemporâneas, a imagem linear e coesa do sujeito é questionada, ao mesmo tempo em que a leitura de sua atuação passa a incorporar outras dimensões da experiência humana, como o inconsciente, os afetos, as estruturas e os condicionamentos sociais.² Pode-se dizer que a agência passa a ser pensada, ainda que com suas especificidades, como uma articulação dinâmica entre ação e estrutura ou liberdade e limite.

De acordo com o historiador Giovanni Levi,³ essa guinada se concretizou nas décadas de 60 e 70, quando a historiografia passou por uma quebra de paradigma. Uma série de movimentos sociais colocou em xeque as noções de progresso regular da humanidade, o que contribuiu para críticas às leituras estruturalistas nas Ciências Humanas. Diante da instabilidade dos acontecimentos políticos, afirma-se uma concepção de indivíduo com papel ativo, formulada no interior das próprias transformações sociais, e não como uma proposta do meio acadêmico.

É em diálogo com esses novos paradigmas que se consolida a renovação da História Política, sobretudo a partir das formulações de René Rémond,⁴ que recupera um sujeito político atuante em relação aos setores sociais, abrindo espaço para a elaboração do conceito de cultura política por Serge Bernstein.⁵ Tal abordagem reabilitou o campo da política entre os

²BURKE, Peter. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: _____. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-37.

³ LEVI, Giovanni Levi. **A micro-história**. In: BURKE, Peter. (orgs.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 133-161.

⁴ REMOND, Rene. **Do político**. In: _____. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 441-450.

⁵ BERNSTEIN, Serge. **A cultura Política**. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. (orgs.) **Para uma história Cultural**. Lisboa, Estampa, 1998.

historiadores, após um longo período de rejeição marcado pelo predomínio da história econômica e social. Não se tratando, contudo, de um retorno à velha história dos heróis e das batalhas, o político deixou de se restringir ao estudo das instituições e dos grandes eventos, passando a incorporar representações, linguagens e imaginários, em diálogo com a História Social e Cultural, bem como com análises sensíveis à ação dos sujeitos.

É no interior do campo da Nova História Política que este artigo propõe uma reflexão sobre a maneira como os textos literários, particularmente as crônicas, podem ser mobilizados metodologicamente como fontes para se pensar os processos políticos, destacando o modo como articulam subjetividade do intelectual e a sua intervenção política. O objetivo central é, portanto, examinar como esses escritos podem oferecer chaves para a compreensão dos imaginários e da construção de uma cultura política, especialmente no que se refere às disputas simbólicas que marcaram o Brasil do final do século XIX.

Nessa perspectiva, a literatura não se configura como um mero reflexo do “real”, mas como um espaço de negociação entre discursos e práticas sociais, intervindo ativamente na produção de sentidos sobre os acontecimentos. É no interior dos discursos que se constituem as representações que, mesmo não se fundando em uma intenção puramente racional, se configuram, no entrecruzamento com as práticas,⁶ como construções de sentido socialmente situadas e atravessadas por interesses e condicionadas por suas formas de produção e apropriação.

De acordo com o sociólogo francês Jacques Leenhardt, é preciso admitir que na linguagem da verossimilhança presente tanto na história quanto na literatura, há uma colocação estratégica voltada à produção de um “efeito de crença”,⁷ elaborado em diálogo com uma “função imaginária” que preenche os sistemas coletivos de percepção. Por essa razão, ao escrever o literário, o autor contribui para a organização de percepções, sensibilidades e formas de compreender o mundo. Tal operação não se esgota no conteúdo do texto, mas se realiza também nos efeitos que ele produz em contextos históricos específicos

⁶CHARTIER, Roger. *Literatura e História*. Topoi (Rio J.), v. 1, n. 1, p. 197-216, 2000. Disponível em: https://revistatopoi.org/publicacoes/Literatura_e_Historia_Roger_Chartier

⁷ LEENHARDT, Jacques. *A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. p. 41-49. (Coleção Momento).

visto que, articulando-se às narrativas históricas e concorre para a constituição de imagens compartilhadas. Nesse processo, esses discursos não apenas representam, mas atuam na formação do imaginário social e político, produzindo sentidos socialmente partilhados e influenciando a maneira como os indivíduos interpretam a si mesmos e o mundo ao seu redor.

No caso de Raul Pompeia (1863-1895), essas dimensões tornam-se especialmente evidentes. Seu discurso literário, atravessado por tensões tanto pessoais quanto coletivas, evidencia a complexidade do imaginário político da Primeira República, que vai além dos discursos oficiais e se manifesta nos espaços simbólicos ocupados pelos atores sociais. Ao mesmo tempo, seus textos revelam um horizonte de representações, valores e sensibilidades que atravessam a transição para a modernidade brasileira. Embora o foco deste estudo não seja uma análise de caso detalhada, mas uma discussão bibliográfica sobre a proposta apresentada, o exemplo de Pompeia serve para ilustrar as possibilidades e limites de uma abordagem metodológica que dialoga com as contribuições teóricas dos pensadores mencionados, como Bourdieu, Levi e Bernstein.

O mundo letrado de Raul Pompeia: debates, influências e tensões

Raul D'Ávila Pompeia nasceu em 1863, em Angra dos Reis, município do atual estado do Rio de Janeiro. Filho de magistrado, mudou-se aos 10 anos para a Corte, onde cresceu e se consolidou como um dos mais expressivos letrados do final do século XIX. Consagrado pelo romance *O Ateneu*, de grande repercussão desde sua publicação em 1888, Pompeia também se dedicou à escrita de diversos gêneros literários, como poemas, contos, crônicas e até charges. Sua colaboração se firmou em importantes periódicos nacionais, como a *Revista Ilustrada* e os jornais *O Estado de São Paulo*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio*, com intensa participação na imprensa desde 1883.

Pompeia desenvolveu sua carreira literária em um contexto intelectual marcado pelo engajamento de grande parte dos letrados em projetos voltados para a transformação da sociedade, inspirados sobretudo pelo modelo europeu de progresso. O ideário cientificista então em voga, havia fomentado na elite letrada o empenho em explicar os mais diversos

aspectos da realidade brasileira.⁸ A obra de Raul Pompeia expressou essas aspirações por mudanças políticas, sociais e econômicas e, sobretudo, sua preocupação insistente em pensar o Brasil.

A Literatura, desde meados do século XIX, principalmente no contexto romântico, desempenhou um papel decisivo ao fornecer aos intelectuais latino-americanos um repertório simbólico e narrativo por meio do qual puderam formular seus projetos nacionais.⁹ Nesse período, o campo literário se constituiu um importante espaço de intervenção para a criação e difusão dessas bases, apoiadas, em grande parte, nos pilares da união entre raças e da exaltação da exuberante natureza tropical.¹⁰ No entanto, esse “complexo afetivo” dos românticos, os mitos idealizantes e a exaltação do nacionalismo foram, pouco a pouco, cedendo espaço à crítica realista. Essa inflexão foi acompanhada pela convergência entre as ciências biológicas e a Sociologia, que impulsionou o pensamento evolucionista e difundiu a ideia de transformação contínua, associada às noções de progresso.¹¹

Entre os intelectuais brasileiros, o conceito de “progresso” passou a ser entendido como uma escala de desenvolvimento econômico, social e político, na qual o Brasil ainda se percebia como atrasado. A decadência do país era atribuída à herança colonial portuguesa, especialmente à escravidão e à monarquia, consideradas responsáveis por comprometer instituições e estruturas socioeconômicas. Superar esse legado era visto como condição fundamental para inserir o Brasil na modernidade. Nesse sentido, o repertório simbólico e intelectual necessário para superar essas limitações estruturais frequentemente se associava à uma ideia de arrasamento do passado e dos alicerces monárquicos.¹²

A partir de meados do século XIX, tais preocupações deixaram de se restringir ao âmbito intelectual, intensificando-se também na esfera política. A monarquia passava a dar

⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e a criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 92.

⁹ RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. *Coleção temas brasileiros*. São Paulo: Martins Fontes, 2004

¹⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **História e natureza em von Martius**: Esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde*, vol. VII (2), jul-out 2000, p. 391-413.

¹¹ COUTINHO, Afrânio. **Realismo, naturalismo e parnasianismo**. In: COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo F. (Orgs.). **A literatura no Brasil: Era Realista e Era de Transição**. 5. ed. São Paulo: Global, 1999. p. 2-20.

¹² ALONSO, Angela. **Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana**. Novos Estudos, 2009.

sinais evidentes de desgaste, ao mesmo tempo em que se aprofundava a crise do modelo escravocrata, agravada pela decadência do açúcar, principal produto de exportação.¹³ Somados a esse contexto, o avanço da urbanização e as primeiras experiências industriais colocaram uma série de dilemas ao pensamento social da época, apontando para a necessidade de se reconfigurar o sistema econômico, romper com as instituições imperiais e forjar uma identidade nacional autônoma.

Esses fatores contribuíram para a formação de um novo cenário intelectual que, a partir de 1870, passou a se caracterizar por uma postura política e social mais crítica, com discursos que evidenciavam a insuficiência da monarquia em acompanhar a modernização do país. Essa geração de pensadores, profundamente comprometida com a oposição ao regime monárquico, se articulou por meio de clubes literários, periódicos e associações e encontraram na abolição uma bandeira comum.¹⁴

A preocupação com as questões políticas e o engajamento nas campanhas contra a escravidão marcaram a trajetória e a escrita de Raul Pompeia desde muito cedo. Segundo Eloy Pontes, um de seus principais biógrafos, foi ainda aos 17 anos, estudante do Imperial Colégio Pedro II, que Pompeia publicou seu primeiro artigo abolicionista.¹⁵ Na década de 1880, os jornais se tornaram o principal instrumento de sua luta republicana e abolicionista, servindo como plataforma para críticas contundentes à instituição da escravidão. Foi também nesse período que ele se destacou como figura literária proeminente dentro desses movimentos.¹⁶

No entanto, nascida em um contexto de profunda hierarquização social e turbulência econômica, a República não correspondeu às expectativas dos intelectuais que a viam como caminho para a modernização e liberdade. Sua implantação revelou-se caótica, marcada por instabilidade política, disputas por poder e ausência de um projeto ideológico consistente.

¹³ BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1970, p. 169.

¹⁴ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015; CORREA, Rubens Arantes. **Itinerários, estruturas de sociabilidades e ação política: intelectuais de São Paulo na crise do Império (1875-1889)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2014.

¹⁵ O texto, intitulado “A vergonha da Bandeira”, apareceu em 1880, no segundo número da revista *As Letras*, criada pelo Grêmio Amor ao Saber Cf. PONTES, Eloy. **A Vida Inquieta de Raul Pompeia**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 49.

¹⁶ CORREA, Rubens Arantes. **Os escritos políticos de Raul Pompéia: abolicionismo, republicanismo e nacionalismo**. Claretiano - Revista do Centro Universitário, Batatais, n. 3, p. 53-72, jan./dez. 2003.

Embora as estruturas imperiais tenham sido formalmente desmanteladas, as práticas oligárquicas e valores conservadores presentes desde o período colonial permaneceram. Assim, a chamada “revolução republicana”, idealizada como solução para os problemas nacionais, acabou gerando frustração e desencanto.¹⁷

O governo do Marechal Floriano Peixoto (1889-91) logo se tornou um ponto de discórdia entre os antigos aliados republicanos. Durante esse período, Raul Pompeia ocupou uma posição singular no panorama literário e político do Brasil. Destacando-se como um fervoroso defensor do novo governo, que via como revolucionário, sua postura alinhada ao regime resultou em sua nomeação como diretor da Biblioteca Nacional pelo próprio Peixoto. Em meio a um contexto de intensas tensões e polarizações ideológicas, Pompeia intensificou seus ataques aos opositores, engajando-se em uma dinâmica constante de polêmicas e embates com seus pares.

Figura de pensamento complexo assumiu uma defesa enfática do militarismo e de sua necessidade em tempos de instabilidade, posicionamento que ressaltou em suas publicações entusiásticas. Para ele, as forças armadas representavam a salvaguarda da pátria, devendo agir em prol do interesse coletivo, sempre imunes às disputas partidárias.¹⁸ Os portugueses são narrados não apenas como antigos colonizadores, mas como exploradores que representavam uma ameaça à nova ordem republicana. Justificava seu antilusitanismo, associado a um nacionalismo exacerbado, na crítica à uma exploração econômica e social realizada no passado.

Esses conflitos não foram finalizados após a morte de Peixoto em 1895, mas sim intensificados. O envolvimento político de Pompeia e os conflitos sociais com outros letrados de seu círculo já haviam afetado significativamente sua atuação e suas relações no meio intelectual. Suas preocupações com a conjuntura política e com os destinos da nação se tornaram tão intensas, ao ponto das questões de ordem particular passarem a ter relevância secundária em sua vida pública. As críticas dirigidas ao discurso de Raul Pompeia no funeral

¹⁷ Op.cit.SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**, p. 96.

¹⁸ POMPEIA, Raul. (org. Afrânio Coutinho). In: **Crônicas I. Obras vol. VI**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 117. *Diário de Minas*, 9 de dezembro de 1888.

do Marechal, publicadas no jornal *O Comércio de São Paulo*¹⁹ por um antigo colega de redação, tiveram um impacto significativo sobre o escritor, cuja saúde emocional já se encontrava fragilizada. A negativa do periódico em lhe conceder um direito de resposta contribuiu para o agravamento de sua instabilidade.

Segundo Eloy Pontes, convencido de que nada e ninguém mais lhe eram favoráveis, Raul Pompeia tirou a própria vida na noite de Natal de 1895.

Literatura e Cultura Política: o papel da subjetividade nas disputas simbólicas

A trajetória de Raul Pompeia revela como a escrita literária pode constituir um instrumento privilegiado para compreender a ação individual no âmbito da vida pública, tornando-se fonte relevante para a História Política e para o estudo da cultura política republicana no final do século XIX. Aqui, a subjetividade é entendida não como uma expressão de uma dimensão íntima ou psíquica, mas como o modo particular pelo qual os indivíduos percebem, interpretam e respondem às disputas e circunstâncias históricas em que estão inseridos.

Assim, o trágico desfecho da vida de Pompeia, marcado pela angústia diante do contexto intelectual e das disputas da Primeira República, evidencia que tais conflitos não se restringiram ao âmbito institucional, mas também se impuseram nas formas pelas quais os agentes atribuíram sentido à realidade política. Essas marcas atravessam igualmente o conjunto de sua obra, na qual Pompeia encarna as tensões e contradições de seu tempo, ao reelaborar valores e expectativas inscritos no imaginário político da época.

Compreendido como um conjunto de representações que molda aspirações, medos e esperanças coletivas, o imaginário está presente não só na formulação de projetos coletivos, mas também orienta a organização das percepções sobre passado, presente e futuro, que se apresentam como naturais, ainda que resultem de processos históricos de construção. É

¹⁹ MURAT, Luiz. **Um louco no cemitério**. *O Comércio de São Paulo*, São Paulo, 16 de outubro de 1895. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=227900&pagfis=3180>, acesso em 08/12/2025.

justamente nesse exercício de “imaginação”, de acordo com o historiador Benedict Anderson, que uma lógica comunitária pode ser modelada e transformada, ao passo que possibilita a constituição de vínculos entre indivíduos que não se conhecem diretamente.²⁰

Por isso, os símbolos mostram-se particularmente eficazes, pois se afirmam a partir de um compartilhamento de sentidos afetivos, tornando elementos socialmente construídos pouco passíveis de questionamento. No campo político, o imaginário não apenas oferece chaves explicativas para o acontecimentos, mas também assume um papel mobilizador, visto que convoca à ação e à incitação. Os mitos políticos, como parte constitutiva desse universo, operam por meio de suas próprias lógicas interpretativas e, ao produzirem sentidos, elaboram seus próprios sistemas de coerência e legitimidade.²¹

Para esse debate, a figura de Pompeia é mobilizada como um exemplo que ilustra a ação dos intelectuais do período na formulação desse imaginário, mas o foco principal é teórico: discutir de que maneira a literatura, e mais especificamente a crônica e sua escrita híbrida e subjetiva, pode ser mobilizada como mediação entre a experiência individual e os debates sociais e políticos de seu tempo, tornando-se fonte privilegiada para investigar sensibilidades, conflitos e práticas discursivas na formação de uma cultura política no início do período republicano.

No contexto da Primeira República, embora sua proclamação tenha sido liderada principalmente por militares, os letrados depositaram nela a esperança de reorganização política, concentrando suas atividades nesse projeto. Com a abolição da escravidão e a instalação do novo regime, emergiu uma nova configuração social marcada pela forte presença de intelectuais republicanos. Em contraste com a aristocracia monárquica, esses letrados encontraram na República um ambiente favorável para a conquista de prestígio e passaram a ocupar, por meio de seus escritos, um lugar significativo nas disputas discursivas e simbólicas que acompanharam a redefinição das formas de vida pública.²²

²⁰ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²¹ GIRARDET, Raoul. **Para uma introdução ao imaginário político**. In: _____. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 9 -24.

²² ALONSO, Angela. **Arrivistas e decadentes**: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. Novos Estudos, 2009. p. 136.

No entanto, cada grupo envolvido nesse processo operava com representações e expectativas distintas sobre o que deveria vir a ser o novo regime. Para José Murilo de Carvalho, as disputas simbólicas do novo cenário político, longe de se reduzirem a divergências pontuais ou rivalidades pessoais, expressaram na prática os esforços para se construir linguagens e imagens capazes de conferir legitimidade ao novo cenário político.²³ Em *A formação das almas*, Carvalho ressalta o imaginário como uma das dimensões mais decisivas em momentos de redefinição de projetos coletivos e, por essa razão, a difusão da ideia de República exigiu um esforço deliberado de reconfiguração do imaginário popular segundo os valores e símbolos que lhe eram pertinentes.

Nesse sentido, a compreensão das possibilidades de ação individual de letrados como Raul Pompeia deve ser buscada não apenas em sua inserção nas disputas políticas do período, mas sobretudo na análise de como sua escrita, e aqui tratamos especificamente do gênero da crônica, se constitui como prática de intervenção na esfera pública. Isso exige considerar sua participação na construção de repertórios simbólicos compartilhados e examinar de que maneira o escritor interiorizou e reinterpretou categorias e valores em circulação no campo intelectual de seu tempo.

Com esse objetivo, considera-se que a escrita do cronista não pode ser compreendida apenas como reflexão ou comentário sobre o mundo político, mas como contribuição ativa na constituição do próprio campo de experiência, atuando de fato na construção de sentidos. À luz dos conceitos desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, especialmente em *O Poder Simbólico*, é possível adotar uma abordagem que entende a centralidade da dimensão simbólica nas disputas políticas de maneira mais ampla.

Nessa perspectiva, os sentidos simbólicos são imprescindíveis para que os indivíduos percebam e organizem o mundo ao seu redor.²⁴ Essa configuração é sustentada por um processo constante de conhecimento desses sentidos: assim como a dimensão estruturada (isto é, os sistemas dotados de suas próprias lógicas e normas) moldam a maneira como

²³CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁴BOURDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico* p. 7–15; *A gênese do conceito de habitus e de campo*, p. 59–73. In: _____. *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

percebemos e pensamos o mundo, as percepções que desenvolvemos a partir da interiorização dos símbolos presentes nessas estruturas também contribuem para a construção e manutenção desses próprios sistemas. Assim, o poder simbólico não apenas reflete uma estrutura social existente, mas também contribui diretamente para a construção de uma realidade percebida como natural, operando dentro das próprias categorias e termos da disputa simbólica.

Em uma crônica da série *Aos Domingos*, publicada no *Jornal do Commercio* em 24 de novembro de 1889, Pompeia relata o advento da Proclamação da República e busca dar legitimidade ao episódio. Ao buscar diferenciar o caso brasileiro das proclamações republicanas ocorridas na América espanhola, recorre a elementos que constroem uma imagem de ordem para a República recém-instaurada no Brasil. Apesar de admitir o caráter elitista do movimento que chama de “revolução”, o cronista sustenta que o povo teria acompanhado o movimento daqueles a quem identifica como os que “incumbe tomar a frente nos momentos difíceis”. Nesse movimento, seu discurso constrói uma inflexão significativa: a ausência de uma mobilização popular, que poderia ser interpretada como fragilidade política, é narrada como sinal de civilidade e progresso.

O povo, no seu bom senso de pensador moderado, empreendeu admiravelmente que não era caso de combate o fato consumado da substituição de um diretor político supremo que somente reinava e não governava — por um outro diretor que governa, somente não reina.

Sem pirueta de paradoxo, podemos orgulhar-nos de haver oferecido aos nossos hóspedes Chilenos o espetáculo sem exemplo de uma revolução de povo civilizado que evolui — acompanhando o movimento daqueles dos nossos compatriotas, a quem exatamente incumbe tomar a frente nos momentos difíceis da vida nacional.²⁵

É em consonância com esses ideais que uma proclamação sem revolta popular, que o próprio define como “subida à força”, não é elaborada por Pompeia nesse momento como um golpe, mas como um indício de que o Brasil caminhava na direção de um país civilizado. Nesse cenário, o novo regime aparece como responsável apenas pela remoção de uma Monarquia já “vazia” e preocupada somente em reinar, substituída agora por um governo de

²⁵ POMPEIA, Raul. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1889. In: COUTINHO, Afrânio. *Crônicas 2*. Obras vol. VII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 206 - 207.

ação, que preserva a paz social. Sua escrita, assim, atua na formulação dessa imagem. Ao selecionar e reinterpretar elementos da realidade, participa da produção de um imaginário republicano e contribui para a naturalização dessa leitura como expressão legítima do processo político.

O mesmo pode ser observado em uma outra colaboração de Pompeia com o periódico *O Estado de São Paulo*, em setembro de 1892. O escritor argumenta de forma irônica acerca do projeto do Deputado Oliveira Valadão para a alteração dos símbolos da bandeira que fora adotada a partir de novembro de 1889, destacando os possíveis interesses presentes na proposta. O texto, que poderia se configurar como resposta a uma divergência pontual em torno de um símbolo nacional, acaba se revelando uma disputa pela definição do próprio regime.

Em um momento em que a República recém-proclamada ainda buscava consolidar seus símbolos e reafirmar sua legitimidade perante a sociedade brasileira, Pompeia afirma que a questão “já estava vencida, como um fato revolucionário” e que, com exceção de casos pontuais, a bandeira estaria “unanimemente aceita e adotada como emblema da pátria e a imediata expressão simbólica da Revolução de Novembro”, convertendo uma posição política específica em algo que se pretende natural e consensual.

Além disso, também associa os defensores da mudança a uma “sugestão sebastianista” e à possibilidade de agitação nos quartéis, deslocando o debate do plano estético para o da ordem pública e enquadrando a divergência como ameaça política. Com isso, não apenas contesta uma proposta, mas também deslegitima a posição adversária ao vinculá-la à instabilidade e ao retorno de valores do passado.

Foi aquela, porém, porque foi o que ocorreu ao espírito do glorioso guia da nossa Revolução, que casualmente era positivista... Se ficou uma coisa imprópria e mal feita, também não sabemos porque razão não se há de mudar a República, que tanta gente julga errada, para a forma antiga monárquica, que além de tudo se representava por uma bandeirazinha que era um mimo!

Os sinceros republicanos que se deixam levar por esta história de mudança de bandeira, para que se represente melhor a nação, não querem ver que isso é uma sugestão sebastianista, um manjo pérfido cujo alvo simplesmente é criar a agitação nos quartéis, perturbar a noção do respeito aos soldados para com o símbolo da República; fazendo com que da errata de símbolo venha

instintivamente gerar-se, no ânimo dos mantenedores militares da nova ordem, a hipótese aceitável de uma errata também para a instituição simbolizada.²⁶

Como é possível perceber, quando Pompeia situa proposta do deputado como expressão de interesses de outras vertentes e como ameaça à estabilidade da ordem recém-instalada, não apenas comenta o episódio, mas delimita quais interpretações da República devem ser consideradas legítimas, intervindo na discussão sobre quais regimes, grupos e valores detêm autoridade para representar o Brasil pós-Império.

Porém, há que se considerar ambas dimensões do processo de compreensão de sentidos formulado por Bourdieu. Partir do pressuposto de que as ações desses letrados moldam e tensionam as disputas simbólicas em torno dos debates políticos, requer considerar que sua trajetória intelectual se desenvolveu em constante interação com uma ampla rede de sociabilidades e experiências. Logo, seus posicionamentos também são moldados por dinâmicas de concordâncias e antagonismos, refletindo uma perspectiva politicamente situada diante dos debates que os cercam e do jogo do campo intelectual, onde os discursos ganham sentido justamente em função das redes de confrontos e alianças.

Nesse sentido, as considerações do professor César Braga-Pinto nos permitem situar de forma mais precisa essas dinâmicas no interior do campo intelectual do final do século XIX. Em um contexto marcado pela expansão e democratização da imprensa, as relações entre letrados passam a se organizar em torno de formas específicas de sociabilidade, nas quais a busca por prestígio e pelo reconhecimento se articula à constituição de redes de afiliação, associações e agremiações. Contudo, esses vínculos não se configuram de maneira estável e foram constantemente atravessados por práticas de inclusão e exclusão que se atualizavam conforme as polêmicas públicas.²⁷

Por isso, vale ressaltar que muitas crônicas desse período são fortemente marcadas pela prática da réplica e do revide, conferindo ao gênero uma singularidade frente a outras narrativas utilizadas para o estudo das temáticas propostas. Pode-se perceber que ambas as

²⁶ POMPEIA, Raul. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, SP. 21 de setembro de 1892 In: COUTINHO, Afrânio. *Crônicas 3*. Obras vol. VIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 244 - 248

²⁷ BRAGA-PINTO, César. *A violência das letras: amigos e inimigos na literatura brasileira (1888 - 1940)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, p. 31.

crônicas de Pompeia mobilizadas nesta discussão foram elaboradas em resposta a interlocutores considerados opostos. Longe de expressarem apenas disposições individuais, esses textos se inserem em um conjunto mais amplo de disputas simbólicas, no qual a delimitação entre aliados e adversários se torna central para a reafirmação da posição do próprio autor no campo intelectual.

Logo, a naturalização dos símbolos e códigos elaborados por um grupo específico evidencia que a análise da atuação individual nesses processos precisa ser conduzida com atenção, uma vez que tais movimentos não se dão, em geral, de forma direta, mas por meio das posições ocupadas pelos indivíduos em campos nos quais se torna possível hierarquizar e reconhecer quais símbolos devem ser legitimados. Nesse sentido, à medida que os agentes interiorizam essas regras, também contribuem para consolidar uma percepção de autoridade e legitimidade que se apresenta como natural, mas que é fruto de processos sociais. O interessante é que essa perspectiva nos leva a pensar não apenas na posição de Pompeia nos campos da política e da literatura, mas também na interação entre esses campos distintos, visto que sua trajetória oferece uma via interessante para compreender a historicidade das tensões entre esses dois mundos.

Por essa razão, como uma forma de articulação entre todos esses aspectos, considero que o conceito de *cultura política*, nos moldes apresentados por Serge Bernstein²⁸ pode enriquecer significativamente a investigação sobre as publicações de Raul Pompeia, considerando sua contribuição para a formação de uma cultura política republicana que legitimou o novo governo instaurado.

Segundo Bernstein, embora a cultura política seja composta por elementos diversos, ela é caracterizada pela formação de um conjunto com múltiplas dimensões que interligadas estruturam um modo coerente de interpretar a realidade. Essa articulação possibilita a formação de uma identidade para o indivíduo que adere à uma determinada cultura política, Essa cultura política lhe oferece uma leitura normativa da história, atribuindo significados a determinados períodos do passado, além de projetar uma concepção de sociedade ideal. Por essa razão, dialoga com a dimensão simbólica, visto que se expressa por meio de um discurso

²⁸ BERNSTEIN, Serge. **A cultura Política**. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. (orgs.) *Para uma história Cultural*. Lisboa, Estampa, 1998.

codificado, com vocabulário próprio de palavras-chave e fórmulas repetitivas e ainda por ritos, símbolos e gestos. Por essa razão, a proposta de pensar as formulações de um imaginário coletivo sob a chave da cultura política é tão relevante, pois ela possibilita compreender tanto a natureza, quanto o alcance dos fenômenos que se busca explicar.

Dentro de uma mesma nação, as culturas políticas se expressam de uma maneira plural, mas quando se tem uma área suficientemente ampla de valores compartilhados, forma-se uma cultura política dominante. Um dos pontos centrais dessa leitura, e que é fundamental para essa proposta teórica, é que a cultura política não deve ser compreendida como algo fixo ou tradicional. Elas correspondem às respostas dadas a uma sociedade diante as grandes crises da sua história. Se configuram como “um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições”.²⁹ Por essa razão é uma ferramenta capaz de lidar com a complexidade e singularidade dos comportamentos humanos, já que a cultura política também é, ao mesmo tempo, interiorizada pelos indivíduos, influenciando suas ações e percepções, e compartilhada coletivamente por grupos que se reconhecem em valores, experiências e postulados comuns.

Ora, se a cultura política retira a sua força do facto de, interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do acto político, ela interessa ao historiador por ser, em simultâneo, um fenómeno colectivo partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências. Se existe um domínio em que o fenómeno de geração encontra justificação plena e total, é este. Submetido à mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos.³⁰

²⁹ *Ibidem*, p. 357.

³⁰ Op.cit. BERSTEIN, Serge. **A cultura Política**. p. 36.

Isso aponta para o fato de que as culturas políticas são dinâmicas e “para sobreviver, para garantir longevidade, ela precisa responder às diversas questões do presente”.³¹ É em diálogo com essa perspectiva que, ao tomar literatura como ferramenta para a análise do imaginário e das culturas políticas, proponho pensar a crônica como um gênero privilegiado para a investigação dessas conexões.

Oriunda dos folhetins, a crônica é, indubitavelmente, uma narrativa diretamente preocupada com o presente. Sua expansão no campo literário brasileiro do século XIX, impulsionada pelas condições sociais da época, em especial pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e pela crescente velocidade de circulação das notícias, demarca a configuração de um padrão de consumo rápido da informação. Nos oitocentos, a crônica passa a ocupar seções periódicas de forma mais efetiva, geralmente publicadas semanalmente, nas quais se comentavam os acontecimentos mais marcantes da semana, em sua maioria de temática variada.

Nessa lógica, o narrador, que é o próprio autor, precisa construir uma narrativa de tal maneira que mesmo os elementos mais efêmeros ganhem concretude.³² Ao abordar o circunstancial, o cronista narra o agora, e a condição temporal da crônica a transforma em uma fonte singular para o estudioso dos imaginários políticos. Ela permite observar não apenas a reelaboração da dimensão simbólica, mas também o próprio processo de produção, disputa e apropriação de significados no espaço público. Ao capturar reações, negociações e trocas entre esses agentes, a crônica revela o imaginário em formação, ainda não estabilizado, mostrando como ideias, valores e símbolos se consolidam ou são tensionados em determinado período. Assim, é possível identificar as ideias políticas em disputa durante a modernidade brasileira por meio da escrita de literatos como Raul Pompeia, abrindo caminho para analisar como esses debates foram formulados em resposta às experiências sociais da época.

³¹ PINTO, Surama Conde Sá. **Descobrimos ‘novos’ caminhos:** o historiador e a abordagem da cultura política, *PNX*, vol. 7, nº 1, p. 367–378, jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix/article/view/33288/18717>

³² SÁ, Jorge de. **Uma definição.** In: _____. *A crônica*. São Paulo; Ática, 1985. p. 6-11

Microanálises do político: a atuação do cronista e as margens de liberdade do sujeito.

Dessa forma, a abordagem bourdieusiana nos fornece a chave analítica para pensar o macro, sustentando a premissa de que a legitimidade política se constrói por meio de uma dimensão simbólica naturalizada, interiorizada pelos indivíduos, que ao mesmo tempo, contribuem para sua consolidação. O enfoque não se limita a identificar quem detém maior poder simbólico na construção desses imaginários políticos, mas busca compreender as premissas e estruturas que os sustentam.

Há, contudo, a necessidade de um contraponto que articule os discursos desses homens às suas práticas e comportamentos, estabelecendo uma base sólida para refletir sobre a ação individual na consolidação de projetos coletivos, como a cultura política. É preciso pensar para além “das regras e posições do jogo”, considerando também as estratégias que cada agente elabora para jogá-lo. A partir dos pressupostos do poder simbólico, é possível identificar como Pompeia contribui para a legitimação simbólica do novo regime, valoriza ordem, progresso e civilidade, e revela os mecanismos de disputa simbólica em temas cotidianos e políticos. Entretanto, é igualmente necessário refletir sobre como o cronista atua estrategicamente diante do estilo literário: explorando brechas do contexto para reforçar interpretações desejadas, o que evidencia os limites dos acontecimentos e da sua intervenção.

Nesse sentido, Giovanni Levi, em *A micro-história*, aborda a problemática da ação individual de uma forma interessante para esse debate. Ao definir o aparato metodológico da micro-história, afirma que o historiador precisa se concentrar nas margens de liberdade que existem entre as escolhas do sujeito e as estruturas sociais. Trata-se de um método que compreende a ação humana como um conflito constante entre o comportamento individual e o contexto social em que está inserido, reconhecendo as liberdades relativas que o indivíduo possui dentro das estruturas, que Levi denomina como sistemas normativos.³³ Logo, toda ação individual é entendida como uma negociação contínua, uma série de escolhas e decisões diante de uma realidade normativa que oferece múltiplas possibilidades de interpretação.

³³ LEVI, Giovanni. **A micro-história** In: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 135.

Essas liberdades do indivíduo emergem justamente nas brechas e contradições internas das estruturas. O indivíduo explora inconsistências para elaborar a sua estratégia de contorno das normas. Essas inconsistências, de acordo com Levi, fazem parte de qualquer sistema social.

Para aproximarmos essa perspectiva do nosso recorte de análise, é relevante mencionar o estudo da socióloga Angela Alonso em sua tese *Ideias em Movimento: A Geração de 70 na Crise do Brasil-Império*.³⁴ Neste trabalho, a autora reforça que, embora o ideário europeu e cientificista em voga tenha impulsionado o movimento reformista dos intelectuais do período, isso não implicou na importação passiva dessas ideias pelos letrados brasileiros. Esses agentes mobilizaram tanto concepções estrangeiras quanto elementos da tradição nacional de forma estratégica, com o objetivo de expressar oposição ao Império e organizar a luta política. Essa abordagem adquire novos contornos, pois, mais do que analisar o cenário intelectual a partir de rótulos doutrinários como “progresso”, “positivismo” ou “conservadorismo”, o que realmente importa em seu estudo é o uso que os letrados fizeram desses sistemas em seus escritos, sempre atravessado por disputas políticas concretas e como respostas diretas às contradições do Segundo Reinado.

Logo, a redução da escala e o estudo intensivo torna-se imprescindível dentro dessa ótica. Não se trata apenas de chamar atenção para a existência de dimensões diferentes, mas de investigar vastas estruturas sem perder a visão do espaço social do indivíduo e, a partir dele, de seu povo e cultura. Levi argumenta que a atenção dada aos pequenos fatos é capaz de revelar fatores que previamente não foram revelados, justamente porque cada indivíduo estabelece relações diversas que determinam suas reações à estrutura normativa e suas escolhas diante dela. Isso vai configurar a sua margem de liberdade. Logo, esses fenômenos assumem significados completamente novos quando se altera a escala de observação. A partir desses significados novos, pode-se estabelecer generalizações mais amplas, ainda que essas observações iniciais tenham sido feitas dentro de dimensões muito estreitas.

Considerando esses aspectos, é possível afirmar que a proposta de mobilizar fontes literárias já dialoga na prática, com a lógica da redução de escala. Por ser um produto enraizado em experiências pessoais do escritor, a literatura se apresenta como uma ferramenta

³⁴ ALONSO, Angela Maria. *Ideias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. 2000. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

que possibilita o exame de dimensões da vida social e política que poderiam passar despercebidas em abordagens mais amplas. Mas o gênero crônica, mais uma vez, emerge como fonte privilegiada nesse processo de microanálise. Isso porque o material do cronista para compor seus escritos são, de fato, os “pequenos acontecimentos”, nos quais o escritor assume, em geral, a posição de um “narrador-repórter”.³⁵

Cabe ressaltar que existem limites concretos de produção e circulação que afastam a crônica de significar uma suposta expressão exemplar da experiência do autor e de suas percepções político-sociais, o que exige muitas vezes que seu uso historiográfico seja acompanhado do cruzamento com outros tipos de documentação. Submetido a uma série de condicionantes que delimitam sua prática criadora, o cronista precisa lidar com a linha editorial do periódico que a veicula, com o espaço físico reduzido das publicações e com a urgência da escrita. Assim como o jornal se renova diariamente, a crônica exige que o autor trabalhe os acontecimentos antes que se esgotem. Nesse sentido, a historiadora Sandra Pesavento³⁶ nos lembra que a leitura da crônica de jornal não é feita para durar, mas sim para satisfazer uma expectativa do leitor diante do mundo moderno. Assim, a crônica deve se aproximar do que o público espera encontrar e exige do cronista a captação do instante e capacidade de medir as tensões.

Contudo, é justamente nesse espaço condicionado que se abre a margem de atuação do cronista, que ao construir seu texto sob a aparência do acaso por meio de uma estrutura simples e linguagem coloquial, produz a impressão de espontaneidade e superficialidade, quando, na realidade, opera de maneira estratégica. É nesse jogo que a crônica se demonstra uma fonte literária singular: nos possibilita examinar quais informações o escritor seleciona para esse escrito de ampla circulação e estrutura reduzida e quais são as tensões que ele considera urgente e ordem do dia. Nessa simulação de leveza e imediatismo, o autor encontra brechas para a elaboração de sentidos, mobilizando interpretações que, ao se apresentarem como naturais ou evidentes, contribuem para a reorientação e consolidação de determinadas leituras do mundo político e social. Por isso Pesavento articula que

³⁵ SÁ, Jorge de. **Uma definição**. In: _____. A crônica. São Paulo; Ática, 1985. p. 6-11

³⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Crônica: A leitura sensível do tempo**. Anos 90, Porto Alegre, v. 5, n. 7, p. 29-37, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6184>. Acesso em: 10 dez. 2025.

A crônica é a ficcionalidade que não se propõe explicitamente como literatura, sem que, contudo, aspire ser história. Ziguezaguado, ela ora se apresenta como registro do que aconteceu - no passado próximo-quase-presente -, ora como reminiscência pela memória, ora ainda enveredada pelos caminhos do devaneio, tecendo considerações sobre costumes, personagens e valores de sua época.³⁷

A análise concentrada em uma década específica, ao privilegiar esse tipo de fonte, possibilita um mergulho detalhado no ponto de vista individual, sobreposto a um panorama mais amplo do cenário político nacional. Embora não se trate da “grande história”, esses textos desempenham um papel fundamental dentro dela, revelando importantes indícios para a compreensão de questões mais amplas e significativas, vistas agora de uma perspectiva microscópica a partir de detalhes que, quando conectados, revelam uma complexa rede de aspectos econômicos, culturais e políticos. É por meio desse jogo de escalas que, nos termos de Jacques Revel, conseguimos articular o “macro” e o “micro” da História Nacional

Os desafios metodológicos surgem, no entanto, a partir da tentativa articular simultaneamente a visão macro das premissas do Poder Simbólico e micro-análise das decisões individuais: a ação do sujeito, tão central para Levi, não pode ser subsumida totalmente às regras e posições do campo, enquanto a abordagem de Bourdieu pode perder nuances das escolhas estratégicas e da inventividade dos agentes. Reconhecer essas limitações não enfraquece o diálogo entre as abordagens, mas permite uma reflexão sobre como os indivíduos, como Pompeia, tanto se inserem em sistemas simbólicos consolidados, quanto exploram brechas e contradições para agir e construir sentidos próprios.

A proposta é que se considere como níveis distintos de análise que operam de forma complementar. Nesse sentido, os conceitos de Bernstein e Bourdieu podem ser mobilizados para um exame das condições de possibilidade da ação. Isso significa a identificação de sistemas de valores e códigos simbólicos que delimitam a escrita literária desses letrados, enquanto a perspectiva micro-histórica permite observar como, no interior desses limites, os

³⁷ *Ibidem*, p. 34.

indivíduos elaboram estratégias específicas, explorando as contradições, ambiguidades e brechas presentes na própria estrutura.

Considerações finais

Esse artigo propôs uma discussão sobre o potencial teórico-metodológico de mobilizar a literatura, em particular a crônica, como fonte primária para a investigação do campo político. A abordagem proposta reside na articulação entre o estudo da inserção da subjetividade no campo público, a experiência individual e as disputas simbólicas. Nesse sentido, a escrita do cronista se apresenta como um espaço privilegiado para apreender os valores, representações e imaginários que estruturam a formação das culturas políticas.

A trajetória intelectual de Raul Pompeia, aqui mobilizada como exemplo, nos permitiu discutir a possibilidade de tal abordagem para a análise da formação de uma cultura política republicana no final do século XIX. Sua atuação evidencia como a escrita literária não apenas reflete as tensões de seu tempo, mas opera como um meio de elaboração, circulação e legitimação de projetos políticos, particularmente no contexto da Primeira República. Dessa forma, em consonância com a valorização da redução de escala e a atenção aos pequenos acontecimentos, a literatura pode ser uma via fértil para a compreensão das dinâmicas simbólicas que sustentaram a cultura política republicana brasileira. Abrimos, assim, um caminho para entender não apenas como os grandes debates políticos foram formulados em resposta às experiências sociais do período, mas também como a escrita literária contribuiu decisivamente para a legitimação desse novo regime.

Referências

ANDRADE, Mário de. **O Ateneu**. In: Aspectos da literatura brasileira. 5 ed., São Paulo, Martins, 1974, p. 173-184.

ALONSO, Angela Maria. **Ideias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império**. 2000. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **Arrivistas e Decadentes:** o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos Estudos*. São Paulo, v. 09, nº 85, nov. 2009, , p. 131-148.

_____. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015;

ARMANI, Carlos Henrique. **Discursos da Nação:** historicidade e identidade nacional no brasil em fins do século xix. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

BERSTEIN, Serge. **A cultura Política.** In: RIOUX , Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-Franpois. (orgs.) *Para uma história Cultural*. Lisboa, Estampa, 1998.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira.** 50. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2015

BURKE, Peter. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro.** In: _____. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p.7-37

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, José Murilo de.; BETHELL, Leslie. (orgs.). **Nação e cidadania no Império.** Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de (org.). **A Construção Nacional:** 1830-1889. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org.). **História do Brasil Nação:** 1808-2010. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da História:** historiografia e nação no brasil do século XIX. *Diálogos*, Maringá, v. 8, n. 1, 2004, p. 11-29.

CHARTIER, Roger Chartier. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28; 121-139 (Introdução e Capítulo IV).

REMOND, Rene. **Do político** In: René Rémond (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 441-450;

CORREA, Rubens Arantes. **As crônicas de Raul Pompeia:** um retrato da vida política brasileira do final do século XIX. *Claretiano*, Batatais, nº 4, jan./dez. 2004, p. 65-75.

_____. **História e Crônica:** Raul Pompéia e a série “da capital”.
Revista História e Cultura, Franca, São Paulo, 2012. p. 41-52.

_____. **Itinerários, estruturas de sociabilidade e ação política:**
intelectuais de São Paulo na crise do império (1875-1889). 2014. 241 f. Tese (Doutorado) -
Curso de História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual
Paulista, Franca, 2014.

COUTINHO, Afrânio (comp.). **Raul Pompeia:** Obras. Rio de Janeiro: Editora Civilização
Brasileira, 1981.

COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo F. (Orgs.). **A literatura no Brasil:** Era Realista
e Era de Transição. 5. ed. São Paulo: Global, 1999.

FIORIN, José Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira.** Bakhtiniana, São
Paulo, v. 1, n. 1, 2009, p. 115-126.

LEVI, Giovanni Levi. **A micro-história** In: Peter Burke (org). A Escrita da História: novas
perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.133-161.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** (in) Pinsky, Carla
Bassanezi.(org). Fontes Históricas. 2.ed.- São Paulo

MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. **O drama público de Raul
Pompéia:** sexualidade e política no Brasil finissecular. *Revista Brasileira de Ciências
Sociais*, v. 26, n.75, 2011.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida.** Cultura democrática e
científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV; EDUR, 2007.

MOREIRA, Diego. **Raul Pompeia e a questão naturalista.** Caderno de Letras, nº 27,
Jul-Dez - 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Crônica: A leitura sensível do tempo.** Anos 90, Porto Alegre,
v. 5, n. 7, p. 29-37, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6184>.
Acesso em: 10 dez. 2025.

QUEIROZ, Suely Robles R. **Os radicais da República**. Jacobinismo: ideologia e ação 1893- 1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Temas brasileiros)

SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo; Ática, 1985.

SANTOS, Poliana dos. **O historiador e o cronista**: um diálogo sobre o tempo e o cotidiano. In: PICCOLO, Monica; OMRAN, Muna (orgs.). **Imprensa, cinema e história**: novos objetos e métodos da investigação histórica. São Luis: Edema, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e a criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras**: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.